

**BRUNA ROCHA DE AQUINO**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO CONTEXTO DA  
EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: Revisitando o Processo**

**GOIÂNIA**

**2023.1**

**BRUNA ROCHA DE AQUINO**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO CONTEXTO DA  
EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: Revisitando o Processo**

Monografia elaborada para fins de avaliação da disciplina Monografia TCC II, do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**Professor Orientador:** Dr. Antonio Evaldo Oliveira

**GOIÂNIA**

**2023.1**

**BRUNA ROCHA DE AQUINO**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: Revisitando o Processo**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Prof.(<sup>a</sup>) Convidado(a):

\_\_\_\_\_

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0)

\_\_\_\_\_ ( )

Nota Final \_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2023.1.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico primeiramente este trabalho a Deus, por ter me dado forças para chegar até aqui sem ele não seria possível.

Dedico também a minha mãe Ludimila Rocha que é a minha fonte de inspiração, dedicação, determinação e foi através dela que despertou a minha vontade pela docência.

Dedico também em memória para o meu avó que era apaixonado pela educação.

Dedico também ao Júlio Otávio, que através do meu amor e carinho que temos um pelo outro que surgiu o meu interesse em conhecer mais sobre esse tema.

E por mim dedico a mim, pois tenho muito orgulho de ver onde eu cheguei com minha força e minha fé, dedicação, determinação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por estar ao meu lado em todo o processo.

A minha família e especificamente minha mãe Ludimila e minha avó Maria Claudia da Rocha que me apoiaram durante todo o meu curso.

Aos meus amigos de vida, que me ajudaram de alguma forma, incentivando e apoiando minhas decisões e por serem pacientes durante a minha ausência.

As minhas colegas da universidade que viram minhas amigas, que me apoiaram nos meus sonhos, e que me acolheram ao longo do curso.

Agradeço também aos meus professores que ao longo do curso contribuíram para o meu aprendizado.

E agradeço de uma forma especial ao meu Professor Orientador Antônio Evaldo, que sempre me apoiou, me motivou, pelo cuidado que teve comigo, pela paciência e dedicação durante toda essa jornada. Muito obrigada!

"O autismo não os impede de ouvir suas palavras e de sentir seu amor".  
- Autor desconhecido -

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO: CONCEITOS, CONCEPÇÕES, LEGISLAÇÃO E SUA INTERFACE COM ESTUDANTES TEA .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA .....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

# A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DOS ANOS INICIAIS: Revisitando o Processo

Bruna Rocha De Aquino\*

Antonio Evaldo Oliveira\*\*

**RESUMO:** Não há como negar que a sociedade perpassa por diversas transformações que impactam diretamente no âmbito escolar. Nesse mesmo contexto, a demanda de alunos que necessitam de um apoio individualizado aumenta e, por isso, a escola precisa modificar as relações de tratamento a esse público. Dessa forma, a inclusão vem como potencializadora desse processo. Para isso, foi delimitado o estudo com foco nos alunos dentro do Transtorno do Espectro Autista e é necessário compreender teoricamente como se dá a sua inclusão no ensino regular. Nesse sentido, o trabalho é subsidiado por uma revisão bibliográfica com autores que discutem o tema de forma pertinente. Além disso, cabe citar que antes da efetivação da inclusão do aluno autista, muitos paradigmas foram quebrados e leis foram criadas para sua concretização. Nota-se que estudante que possui autismo, necessita de mecanismos eficazes para que sua inserção no âmbito escolar eleve suas habilidades. Por isso, o professor necessita de uma formação continuada para dar a essas discentes condições mínimas de equidade no que tange a aprendizagem. Dessa maneira, a inclusão, nos anos iniciais do ensino fundamental, dos discentes autistas, é necessária e precisa ser realizada no ensino regular, para que com as diferenças, a educação proporcione a interação e respeito à diversidade. Ao abordar sobre o discente dentro do espectro autista, o objetivo geral foi compreender teoricamente como se dá seu processo de inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental. Para isso, o primeiro capítulo buscou contextualizar características do TEA, com conceitos e bases teóricas. No segundo capítulo, visou-se apresentar a trajetória histórica do aluno autista até seu processo de inclusão. E, por fim, o último capítulo trouxe reflexões teóricas frente aos desafios que o professor encontra, no âmbito escolar, para incluir o discente com TEA. Nesse contexto, vale enfatizar que apesar de diversos mecanismos existentes para compreender o processo inclusivo do aluno autista, a falta de informação por parte dos docentes permanece alta. O trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica, com contribuições de autores que discutem de forma pertinente o tema proposto. Assim, com reflexões e conceitos científicos, subsidiou a pesquisa. Foram utilizados para isso, Souza (2017), Glat (2009), Machado (2001), dentre outros.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação. Escola. Estudante Autista. Formação Docente.

---

\* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: rochaaquino60@gmail.com

\*\* Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: antonio.evaldo@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

Percebe-se que na legislação brasileira há a garantia para inclusão de alunos com necessidades especiais. Recentemente utilizando-se a nomenclatura alunos com deficiência. Dentre os sujeitos de direitos para atendimento educacional há o que se chama Transtorno do Espectro Autista (TEA), que são crianças com características diferenciadas. Dessa maneira, até que ponto o sistema educacional atende de forma adequada as crianças com TEA? Que direitos são previstos para as crianças com TEA no sistema educacional brasileiro? Os direitos previstos são respeitados? É possível uma educação em que se o processo humanizador que desenvolva as potencialidades? O sistema educacional compreende o processo de inclusão das pessoas com deficiência e compreendem as reais necessidades dos educandos com TEA?

Há cursos de capacitação para os profissionais da educação? Como as famílias interagem com a escola para melhor atender os educandos com TEA? As questões apontadas caminham no sentido de tentar responder de que modo a escola compreende e atua com educandos com TEA.

O interesse pelo assunto sobre inclusão veio a partir de experiências vivenciadas no cotidiano, em escolas onde trabalhei e também pelo estágio supervisionado durante 1 ano, e no ciclo familiar, tenho dois primos que tem Síndrome de Down e um que também tem Autismo, por isso me instigou mais ainda a escolher esse assunto, por ver como é difícil a inclusão deles na sociedade, e nas escolas.

A partir desses motivos, levantei alguns questionamentos sobre: como dever ser feito a inclusão no meio escolar? Os professores são capacitados para isso? Como deve ser a formação dos professores para trabalhar com a inclusão? Questionamentos que tive a partir de vivências no meu cotidiano, presenciando fatos que me instigaram a fazer a pesquisa voltada para inclusão de um modo geral, mas também focando no TEA.

As escolas em que trabalhei, trabalhavam a inclusão muito por cima, os professores na maioria das vezes não tinham uma formação necessária para atender os alunos que precisavam, o professor regente que as vezes tem na sala uma aluno da inclusão e não tem um professor para acompanhar esse aluno

deixava ele em um canto brincando com brinquedos em quanto os outros alunos faziam a atividade proposta, e quando havia um professor(a) de apoio ele saia da sala com aluno, e ia fazer outra coisa, ir para o parque, ou até mesmo fazer uma atividade diferente e que não tinha nada a ver com a atividade que foi proposta pelo professor regente. O professor de apoio, que ficava com os alunos da inclusão na maioria das vezes não tem formação específica para determinadas deficiências, é um professor do cargo administrativo, ou desvio de função no caso das escolas públicas.

Outro fato que me deixou interessada pelo assunto e que com o passar do tempo, nos anos 2000 o caso de crianças com TEA, TDAH, foi aumentando constantemente. As deficiências intelectuais (atraso cognitivo) sempre existiram, antigamente pessoas com essas deficiências eram tratados com pessoas retardadas, loucas, doidas, pois não havia tratamento necessário, um acompanhamento de um profissional e nem um diagnóstico. Já agora, quando você percebe algo diferente nas crianças procuramos um profissional da área, para fazer um acompanhamento e com auxílio do professor, que ajuda bastante no diagnóstico da criança.

Diante esses fatos e questionamentos, tenho interesse de fazer minha pesquisa sobre inclusão no geral, e ter o foco sobre TEA, e como dever ser a formação de professores.

Esta pesquisa levanta os seguintes objetivos para serem alcançados: compreender o processo de inclusão dos educandos com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental; Compreender os aspectos históricos e legais da inclusão dos educandos com TEA; Descobrir se as escolas compreendem a conceituação do termo TEA; Verificar se os profissionais da educação realizam cursos de capacitação para atendimento especializado dos educandos com TEA; Propor possibilidades de melhoria frente à realidade encontrada atualmente. A presente pesquisa pretende compreender de que modo está ocorrendo atualmente a inclusão dos educandos com TEA, nas escolas de Ensino Fundamental. Para melhor compreensão do assunto lançamos mão de autores e documentos legais que recentemente vêm tratando do tema.

Destaca-se a Lei nº 5.692/1971, lei de reforma da Lei n. 4.024/1961. A lei definia “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso consideráveis quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promovia a organização de um sistema de ensino capaz de

atender as necessidades educacionais especiais e acabava forçando o encaminhamento dos alunos nas “classes e escolas especiais”.

Pode-se dizer que um grande agravador dessa lei foi acentuar a discriminação os alunos especiais, com as classes para alunos deficientes. De acordo com documento do MEC (2001), dois anos após a criação da Lei nº 5.692/1971, o MEC cria em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que deveria ser responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Esse Centro embora tenha impulsionado ações educacionais voltadas às pessoas 11 com deficiência e às pessoas com superdotação, ainda manteve campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

De acordo com as pesquisas o maior progresso que ocorreu com a aprovação da Constituição Federal de 1988. Ela traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Também estabelece no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O atendimento à criança com deficiências, dificuldades de aprendizagem ainda é um dos pontos mais discutidos da proposta de inclusão, o desafio é mais amplo. A Declaração de Salamanca estabelece que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (BRASIL, 1994, p. 5).

Em 1990 direito é confirmado na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, independentemente de suas diferenças particulares. É reforçado pelas diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram na Declaração de Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, assinado em 1993 e 12 publicado em 1994, garantindo que a educação de pessoas deficientes seja parte integrante do sistema educativo. A Declaração de Salamanca, 1994, veio consolidar

o conceito de inclusão no contexto da educação comum, que teve sua origem na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 18) é mencionado o conceito de inclusão, como: Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. “Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade”.

Sob a orientação da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 é implementado em 2003 pelo MEC, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Com base nas leituras realizadas para esta pesquisa bibliográfica encontramos importantes contribuições para o entendimento do que TEA.

De acordo com Santos (2008), o TEA é uma desordem que afeta a capacidade do indivíduo de comunicar-se, de estabelecer de relacionamentos e de resposta adequados ao ambiente que o rodeia. Por ser uma perturbação global do desenvolvimento, evolui com a idade e se prolonga por toda vida. Marra e Andrade (2021) afirmam que, Siluk (2012), conceitua TEA, como uma síndrome comportamental, de múltiplas etiologias, comprometendo o processo do desenvolvimento infantil. Ainda há autores que afirmam que além das possíveis causas genéticas do autismo, alguns casos são relacionados com fatores de risco atrelados à gravidez e ao parto.

Para que ocorra um ensino de forma significativa, é fundamental que exista um currículo que atenta as necessidades, ou seja; Para que haja esse tipo de ensino, é necessário um currículo apropriado, que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, inclusive os tecnológicos o currículo é a concretização, viabilizando as intenções expressas no projeto pedagógico. Existem diversas definições de currículo, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura que devem ser proporcionadas aos estudantes. (MARRA; ANDRADE, 2021).

## **CAPITULO I**

# **PERCURSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO: CONCEITOS, CONCEPÇÕES, LEGISLAÇÃO E SUA INTERFACE COM ESTUDANTES TEA**

A história da inclusão no Brasil remonta ao final do século XIX, quando foi criada a primeira escola para pessoas com deficiência auditiva no Rio de Janeiro. No entanto, a inclusão social de pessoas com deficiência em outros aspectos da vida, como trabalho, transporte e lazer, só começou a ser discutida no país no final do século XX.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante na luta pela inclusão, ao reconhecer a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive a deficiência. A partir daí várias leis e políticas foram criadas para garantir a inclusão das pessoas com deficiência, como a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), que estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Em 1994, foi promulgada a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, que reconhece o direito das pessoas com deficiência à igualdade de oportunidades e ao pleno exercício de seus direitos. O Brasil ratificou a convenção em 2001.

Em 2008, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), que estabeleceu diretrizes para a inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida, como educação, trabalho, transporte, cultura e esporte. A lei reconheceu a deficiência como um fenômeno social e cultural, e não apenas como uma limitação individual.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na inclusão social das pessoas com deficiência, mas ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de acessibilidade em vários setores da sociedade, a discriminação e o preconceito. A inclusão é um processo contínuo e deve ser uma preocupação de todos os setores da sociedade,

para garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades e direitos que as demais pessoas.

O processo de inclusão escolar no Brasil é um movimento que visa garantir o acesso de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais e sociais, à educação formal. A inclusão escolar tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a diversidade cultural e social no ambiente escolar.

A inclusão escolar no Brasil teve início na década de 1990, com a criação de leis e políticas públicas que buscavam assegurar o acesso à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entre essas leis, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que estabeleceu a obrigação da inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

No Brasil, a inclusão é garantida por leis e documentos oficiais, que defendem a criação e execução de políticas públicas para a formação de professores para a educação inclusiva, numa tentativa de diminuir os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente, que é a de ensinar a todos, sem distinção, (ALMEIDA *et al.*, 2007, p. 145).

Desde então, o governo brasileiro tem adotado uma série de políticas e programas para garantir a inclusão escolar, incluindo a criação de salas de recursos multifuncionais, a formação de professores para o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, e a oferta de transporte e alimentação escolar adequados para alunos com deficiência.

Apesar dos avanços, a inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos financeiros e materiais adequados, a falta de formação adequada dos professores e a falta de sensibilização da comunidade em geral para a importância da inclusão escolar. No entanto, é importante continuar trabalhando para garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças ou limitações.

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular é um tema de grande importância na área da educação. Essa prática se refere à integração desses alunos em salas de aula comuns, ao invés de serem isolados em salas especiais ou escolas específicas para pessoas com deficiência.

Dessa maneira a inclusão visa proporcionar um ambiente educacional que permita a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, a oportunidade de aprender juntos, compartilhando experiências e contribuindo para o desenvolvimento mútuo. A inclusão também ajuda a promover a igualdade de oportunidades e a combater a discriminação.

Para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular seja efetiva, é importante que as escolas ofereçam recursos e apoios específicos, tais como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, treinamento de professores e assistentes, e orientação de profissionais de saúde e assistência social. Além disso, é fundamental que a escola tenha uma cultura de inclusão, que valorize a diversidade e promova o respeito mútuo entre todos os alunos. No entanto, Sousa e Tavares (2010, p. 07) declaram que:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

É importante ressaltar que a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular não é uma tarefa fácil e requer um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, pais e alunos.

Os pais e familiares de crianças com necessidades educacionais especiais necessitam de informações sobre a natureza e extensão da excepcionalidade; quanto aos recursos e serviços existentes para a assistência, tratamento e educação, e quanto ao futuro que se reserva ao portador de necessidades especiais, (ARRUDA; ALMEIDA, 2014, p. 06).

No entanto, quando implementada de forma adequada e com os recursos necessários, pode ser benéfica para todos os envolvidos, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento social e educacional dos alunos com necessidades especiais.

A escola inclusiva com equidade é um desafio que implica e rever alguns aspectos, que envolvem desde o setor administrativo até o pedagógico. As Unidades Escolares de Ensino Regular devem oferecer vagas e matricular todos os alunos, organizando-se para o atendimento com equidade aos educandos com necessidades educacionais especiais e assegurar-lhes condições necessárias para

a permanência e aprendizagem. Em relação à educação especial, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que, por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica, (SASSAKI, 1997).

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. A diversidade deve ser respeitada e valorizada entre os alunos. Daí a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclasse nunca deixam de atender os alunos com necessidades especiais.

O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial considera as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pauta em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar: a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade

de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

Assim, o trabalho com a educação inclusiva nas Unidades Escolares tem que ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais e como assegura aprendizagem, possibilitando a integração entre educação regular e especial, (MANTOAN, 2003).

Nas escolas inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as Impedem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade, é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva. Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (SALAMANCA *apud* MANTOAN, 2003).

Mantoan (2003), enfatiza que reconstruir os fundamentos de escola de qualidade para todos, remete-se em questões específicas relacionadas ao conhecimento e a aprendizagem, ou seja, consideram-se que o ato de educar supõe intenções, representações que temos do papel da escola, do professor, do aluno, conforme os paradigmas que os sustentam. A autora ainda relata que a escola inclusiva exige mudanças de paradigmas, que podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto. Possa também ser entendida, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados em um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até estarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não nos dão mais conta dos problemas que temos para solucionar.

Ainda atualmente a inclusão é vista como um desafio, causando angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação. Porém, mais amenas que em tempos passados, pelo fato de que, ao ser devidamente aceita pela escola,

desencadeia um compromisso com as práticas pedagógicas que favorecem todos os alunos, ou seja, uma verdadeira mudança na concepção de ensino, visando uma aprendizagem significativa, inclusiva e de qualidade. Não há mais sentido em preservar modelos de ensino tradicional, desrespeitar as diferenças, mantendo uma escola excludente. O artigo 208 Constituição Federal, § 1º reza que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo”. Ainda no artigo 208 descreve que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, deve ser preferencialmente na rede regular de ensino, (BRASIL, 2007).

No século XXI, a escola que se tem, que se precisa é aquele que tem compromisso com a formação integral do cidadão, de um cidadão crítico, participativo e criativo, que atenda as demandas e a competitividade do mundo atual, com as rápidas e complexas mudanças da sociedade moderna. Assim, a educação escolar no exercício da cidadania implica na efetiva participação da pessoa na vida social, cabendo-lhe o respeito e a solidariedade, poupada a sua dignidade, a igualdade de direitos e repelido quaisquer formas de discriminação. Mantoan (2003), acreditando no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, aponta algumas estratégias que ajudam no trabalho do corpo docente, como na aprendizagem dos alunos; colocando como eixo das escolas que toda criança é capaz de aprender; garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um; abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola; estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos. Substituindo o caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativo de todo o processo de ensino e aprendizagem. A inclusão, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos, (GLAT, 2009).

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças culturais, sociais, étnicas nos processos pelos quais formam e instrui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos, (MANTOAN, 2006).

Para tanto o ensinar é uma difícil tarefa de mão dupla onde temos muito mais a aprender do que ensinar, no entanto o ensinar nos requer tempo, paciência, capacidade dentre tantas outras coisas, e o mundo que vivemos hoje é imediatista queremos tudo para agora, não nos damos conta que o processo de aprendizagem é lento e que muitas das vezes nem conseguiremos chegar aonde nos propusemos a ir. Precisamos ter essa consciência de que o fazer pode ser visto de várias formas, muitas de nossas crianças com deficiência nunca vão aprender a ler e a escrever, mas com certeza aprenderam no decorrer de sua caminhada coisas que muitos de nós nem sonhávamos ser capazes de conseguirmos. A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transforma-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania, (BRASIL, 2007).

Pode-se observar em geral, que as crianças nas escolas inclusivas vão ganhando espaço, abrindo novos caminhos e que quanto mais tempo elas passarem neste ambiente melhor será seu desempenho nos âmbitos educacional e social. E muitos pais já perceberam que esse é o melhor caminho para seus filhos, pois assim eles aumentaram o ajustamento na vida.

Com eles estão seus colegas [...] para não ficarem para trás [...] querem fazer o que as outras crianças estão fazendo. Para eles é um encorajamento, pois vêem o que está acontecendo a sua volta e são o tempo todo estimulados [...]. É bem simples [...]. Posso observar isso todos os dias [...] quando lidei pela primeira vez com tia, alguns anos atrás [...]. Ela era muito quieta [...] agora posso vê-la no pátio da escola ou esperando o ônibus conversando [...] envolvida com outras crianças, (KARAGIANNIS, 1988, p. 146).

Com isso, as crianças vão tomando autonomia e aprendendo a viver e criar situações que antes não eram capazes, e nos profissionais vamos ganhando forças para continuar lutando por esse ideal, onde viver o diferente e normal. Pois não basta ensinar e preciso incluir. A decisão deixou claro que separado não é igual. É simplesmente discriminatório que alunos com deficiência devam conquistar o direito ou estar preparados para serem incluídos na educação regular (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Quando a escola opta por incluir toda e qualquer deficiência ela está respeitando as diferenças e também a sociedade a qual confia e ampara uma educação voltada para todos. Pode-se ter em nossas mentes que até pouco tempo a

inclusão ainda era um grande tabu para sociedade, mas graças a DEUS os tempos mudaram e hoje nos deparamos com uma sociedade mais digna, mas voltada pela vontade de mudar de criar, renovar e assim fazer a diferença num país de grande igualdade. Os alunos de hoje não só os com deficiência, mas também os demais são vistos como sementes, onde essas reconhecem e valorizam o avanço de uma educação mais digna, tolerante e voltada para a sociedade.

A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. Sua posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizados, como pensamos habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada, (MANTOAN, 2003, p. 23).

Quando se fala de ética escolar, se fala em educar com sabedoria, entendimento de quem ensina para quem aprende. Buscar afinidades e tentar compreender a real necessidade de cada aluno, com isso vamos ganhando terreno e conhecendo melhor nossos alunos suas potencialidades. Quando nos deparamos com situações que achamos que não iremos conseguir resolver, no mesmo instante começamos nos achar incapazes, mas precisamos entender que cada aluno é único em seu modo de agir, pensar e fazer. Mas é preciso mudar a educação e umas das maiores barreiras que enfrentamos hoje é a ausência de desafios.

Se for o momento de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, a começar pelo discurso pedagógico reduzindo-a um grupo de alunos no caso, as pessoas com deficiência e continuarmos a excluir tantos outros alunos, bem como a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem acompanhar suas turmas escolares! (MANTOAN, 2006, p. 32).

Esse processo de inclusão exatamente por ser diferente do tradicionalismo vem mudando os sistemas de integração educacionais, tanto públicos quanto particulares. As redes vêm aprimorando conhecimentos, agrupando mais alunos e assim assumindo melhor seu papel perante a educação. E com isso os alunos vão tendo melhores aceitações, e conseqüentemente melhor desenvolvimento.

Deve-se buscar não somente uma escola de qualidade para nossos alunos mais também escolas acessíveis onde eles possam usar o direito de ir e vir, da melhor forma possível, sem precisar tanto da dependência do outro. Devemos

desafiar eles todos os dias para que possam perceber seu potencial e ir além daquilo que já foi proposto.

As instituições sem fins lucrativos existem por causa da sua missão. Elas existem para fazer a diferença na sociedade e na vida dos indivíduos. Elas existem por causa de uma missão e isto nunca deve ser esquecido. Teremos de examinar a missão muitas vezes para determinar se ela precisa ser refocalizada devido a mudanças demográficas, porque devemos abandonar algo que não produz resultados e consome recursos, porque atingimos um objetivo, (ARRUDA; ALMEIDA, 2014, p. 136).

Agora depois de muito estudo e progresso já existe várias formas de incluir e uma delas é a tecnológica a qual se avança todos os dias, e a partir de cada avanço melhora nosso desempenho e podemos saber que os órgãos públicos vêm investindo muito em tecnologias, e também em ensino aprendizagem para os professores das redes públicas. Com isso os estudantes conseguem se comunicar por e-mail e com isso possui um avanço significativo em sua vida escolar.

Os profissionais da mídia podem ajudar a formar uma imagem positiva, humana, da pessoa com deficiência através de mensagens edificantes verbal e visivelmente, (FLETCHER, 1996).

Através da mídia e da tecnologia o mundo todo pode conhecer melhor o papel desempenhado pelo processo de integração que até pouco tempo se conhecia como conceito de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. E essa questão passou a ser um assunto de peso em congressos conferências e até mesmo seminários e vem sendo realizados em vários países inclusive no Brasil.

Hoje é possível notar que existe uma grande movimentação em volta do mundo para envolver a mídia como um forte aliado pro-inclusão, onde visa uma inclusão para todos, onde o processo se iniciou nos anos 80 e expandiu na década seguinte e através da mídia e do seguimento de pessoas com deficiência poderiam hoje desenvolver grandes atividades numa aliança de uma inclusão para todos. A sociedade para todos os conscientes da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender as necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados, (SOUSA, 2017).

Vai-se junto construir um país sem desigualdade onde todos são livres pra expressar razões e sentimentos. Verdades e mentiras desde que consigam fazer isso de uma forma digna e acima de tudo sozinho. Devemos lutar pela alegria de uma criança que conseguiu fazer um rabisco sozinho, ou um desenho ousado, temos

que ver que eles são capazes de ir além dos nossos olhos, mas sempre com nosso apoio e nossa ajuda.

A inclusão de crianças com necessidades especiais teve grandes avanços, tanto nas escolas quanto no dia a dia, devido estudos e pesquisas realizados e uma reconstrução do interior, enfatizando sempre o amor o cuidar e o respeitar. Para eliminar este tipo de divisão e submissão, o remédio seria redistribuir recursos e trabalho de forma igualitária o que pressupõe banir ou pelo menos esfumçar a barreira que separa normais de anormais. Portanto, as escolas inclusivas devem reconhecer que todas as crianças devem aprender juntas reconhecendo às necessidades diversas de cada criança, respeitando os estilos e ritmos de aprendizagem de cada uma, oferecendo serviços de apoio contínuo dependendo de suas necessidades.

É importante relatar o papel da escola como espaço de integração do aluno incluso no que se refere à socialização, o processo que tem início no seio da família e se consolida no recinto escolar. A responsabilidade da escola é promover a inovação, reestruturação e atualização no que tange ao oferecimento de um ensino de qualidade a todos os alunos, devendo os atores desse processo fortalecer no aluno especial a consciência de si como um ser capacitado a desenvolver seu potencial na sociedade da qual faz parte.

É de extrema necessidade instigar o papel da escola na educação inclusiva ou melhor, a função social da escola, tendo como foco a importância dos alunos com deficiências no processo de ensino aprendizagem, trabalhando com a diferença, com a diversidade na tentativa de uma sociedade mais igualitária, solidária e com oportunidades para todos.

## **CAPÍTULO II**

### **O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DA SALA DE AULA**

O presente projeto pretende compreender de que modo está ocorrendo atualmente a inclusão dos educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas de Ensino Fundamental. Para melhor compreensão do assunto lança-se mão de autores e documentos legais que recentemente vêm tratando do tema.

Destaca-se a Lei nº 5.692/1971, lei de reforma da Lei n. 4.024/1961. A lei definia tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso consideráveis quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promovia a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acabava forçando o encaminhamento dos alunos nas “classes e escolas especiais”.

Pode-se dizer que um grande agravador dessa lei foi acentuar a discriminação os alunos especiais, com as classes para alunos deficientes. De acordo com documento do MEC (2001), dois anos após a criação da Lei nº 5.692/1971, o MEC cria em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que deveria ser responsável pela gerência da educação especial no Brasil esse Centro embora tenha impulsionado ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, ainda manteve campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

De acordo com as pesquisas o maior progresso que ocorreu com a aprovação da Constituição Federal de 1988. Ela traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Também estabelece no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O atendimento à criança com deficiências, dificuldades de aprendizagem ainda é um dos pontos mais discutidos da proposta de inclusão, o desafio é mais amplo. A Declaração de Salamanca estabelece que: O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola, (BRASIL, 1994, p. 5).

Em 1990 direito é confirmado na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, independentemente de suas diferenças particulares. É reforçado pelas diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram na Declaração de Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, assinado em 1993 e 12 publicado em 1994, garantindo que a educação de pessoas deficientes seja parte integrante do sistema educativo. A Declaração de Salamanca, 1994, veio consolidar o conceito de inclusão no contexto da educação comum, que teve sua origem na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990.

A Declaração de Salamanca (1994) é mencionado o conceito de inclusão, como, parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade.

Sob a orientação da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 é implementado em 2003 pelo MEC, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Com base nas leituras realizadas para esta pesquisa bibliográfica encontramos importantes contribuições para o entendimento do que TEA. Para Marra e Andrade (2021), a ocorrência de TEA em estudantes dos ensinos públicos e privado do país, cresceu de forma alarmante nos últimos anos, o tema é tão sensível que alguns educadores não reconhecem a atual realidade. Assim sendo o Ministério da Educação esclareceu que a Educação Inclusiva e educação para todos,

modificando o trajeto da exclusão ao criar espécies, estruturas e espaços para uma variedade de educandos.

Embora no passado as crianças tidas como deficientes, nem sempre estavam na escola. Acreditamos que a escola seja essencial para o desenvolvimento das crianças com TEA, conforme indicam as autoras citadas acima, estudos indicam que a escola é necessária para o desenvolvimento de uma criança com TEA, devendo incitar suas habilidades de aprendizagem, de reciprocidade sócia emocional, comunicação social, habilidades sociais, interesses diversificado, rotinas padronizadas de vida escolar, oportunizando ambientes planejados para evitar arrefecer a ocorrência de problemas comportamentais como estereotípias corporais e gestuais, comportamentos agressivos e auto agressivos, hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, dentre outros. Desse modo, faz-se necessário estudos contínuos para o melhor entendimento do que seja o TEA. A partir deste contexto, Marra e Andrade (2021, p. 03), destacam:

Atualmente, a educação inclusiva é objeto de estudo e pesquisa, percebendo-se que os desafios aumentam anualmente, tendo em vista, que os alunos necessitam de um olhar mais acurado em seu processo de escolarização, dentre eles, os que possuem deficiências físicas, visuais, intelectuais, altas habilidades/superdotação e, recentemente, os alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA. O TEA tem como principais características a dificuldade de comunicação social além de comportamentos repetitivos, sendo que suas principais manifestações aparecem antes dos três anos de vida.

O TEA é uma desordem que afeta a capacidade do indivíduo de comunicar-se, de estabelecer de relacionamentos e de resposta adequados ao ambiente que o rodeia. Por ser uma perturbação global do desenvolvimento, evolui com a idade e se prolonga por toda vida. Marra e Andrade (2021) afirmam que, Siluk (2012), conceitua TEA, como uma síndrome comportamental, de múltiplas etiologias, comprometendo o processo do desenvolvimento infantil. Ainda há autores que afirmam que além das possíveis causas genéticas do autismo, alguns casos são relacionados com fatores de risco atrelados à gravidez e ao parto. Para que ocorra um ensino de forma significativa, é fundamental que exista um currículo que atenta as necessidades, ou seja;

Para que haja esse tipo de ensino, é necessário um currículo apropriado, que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, inclusive os tecnológicos (BRANDE; ZAN FELICE, 2012). Segundo De Oliveira, Libâneo e Toschi (2017), o currículo é a

concretização, viabilizando as intenções expressas no projeto pedagógico. Existem diversas definições de currículo, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura que devem ser proporcionadas aos estudantes. (MARRA; ANDRADE, 2021, p. 4).

Segundo as autoras Marra e Andrade (2021), para que o educador faça essa relação sobre o que é como ensinar ao aluno com TEA e obrigatório uma formação adequada, se isso não acontecer a metodologia usada na sala de aula não servirá para alcançar o objetivo, esse é um dos problemas enfrentados pelas escolas brasileiras, porque os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela de formação, é claro também pela falta de estrutura e ambiente preparado e com as condições que revêm ser adequadas a inclusão.

Para as autoras Marra e Andrade (2021), a integração dos alunos com necessidades educacionais em escola regular incentiva a autoestima e o seu crescimento como cidadão. Porém Gikovate (2009), entende que a quebra de uma rotina desencadeia um comportamento agitado, onde a criança se recusa a ir em frente enquanto não retorna ao padrão anterior, indicando que para a ocorrência de uma inclusão escolar dessa criança, considera-se qual a sua necessidade, fazendo-se adaptações na sala de aula.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social, além de comportamentos e interesses restritos e repetitivos. A inclusão escolar de alunos com TEA é um desafio importante para uma educação inclusiva.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito à educação inclusiva como um direito fundamental de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, como é o caso dos alunos com TEA. Além disso, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) reforça a importância da inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, incluindo o acesso à educação.

A inclusão escolar de alunos com TEA exige tolerância curriculares e metodológicas para atender às necessidades específicas desses alunos. Uma das abordagens mais utilizadas para a inclusão escolar de alunos com TEA é a chamada “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, que preconiza a inclusão escolar dos alunos com deficiência em classes regulares, com a adoção de estratégias de adaptação curricular e metodológica.

O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo. (OLIVEIRA, 2020, p. 2).

Por meio as estratégias de inclusão escolar de alunos com TEA, destaca-se a utilização de recursos de tecnologia assistiva, como softwares educativos e aplicativos, que podem auxiliar na aprendizagem e na comunicação desses alunos. Além disso, é importante que a escola proporcione um ambiente acolhedor e inclusivo, com profissionais capacitados para atender às necessidades desses alunos. A inclusão escolar de alunos com TEA exige um trabalho colaborativo entre a escola, a família e os profissionais de saúde e educação, visando a garantia do direito à educação e ao desenvolvimento pleno desses alunos. É necessário um conjunto de esforço para superar os desafios e promover a inclusão escolar de alunos com TEA.

O processo de aprendizagem de um aluno com autismo pode ser único e variar de acordo com as características individuais de cada pessoa. O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, interação social e comportamento repetitivo. Portanto, é importante adotar metodologias e estratégias específicas para apoiar a aprendizagem desses alunos. Como a avaliação e identificação das necessidades que antes de começar o processo de aprendizagem é de extrema importância realizar uma avaliação que vá abranger as habilidades, quais os interesses e as necessidades que aquele aluno com autismo precisa, e essa avaliação deverá ser através de observações, avaliação psicológica e educacional.

Outra técnica que ajudará nesse processo e a individualização do ensino, ou seja, o currículo e as estratégias de ensino devem ser adaptados para a atender às necessidades individuais do aluno. Também a comunicação e linguagem, pois muitos autistas têm dificuldades na comunicação verbal e não verbal, sendo assim e necessário utilizar estratégias que facilita a comunicação, como por exemplo a linguagem visual. A rotina e estrutura também tem seu papel no processo de aprendizagem, geralmente os alunos com autismo se beneficiam de rotinas que são estruturadas e previsíveis, o uso de horários visuais, cronogramas, pois isso pode

ajudar a reduzir a ansiedade e fornecer uma sensação de segurança para esse aluno.

A criança autista tende a fixar rotinas, isso pode ser utilizado em favor dela mesma. Podem-se organizar rotinas com horários pré-fixados para várias tarefas do dia, porém isso deve acontecer de forma natural. Ao mesmo tempo em que a rotina é importante, é necessário também levar em consideração que o autista deve aprender a aceitar mudanças. Por isso é preciso que os pais e os professores façam pequenas mudanças na vida diária da criança, inicialmente uma de cada vez, como por exemplo, mudar o caminho de ir á escola ou tentar mudar a carteira onde a criança se senta na escola. As rotinas não são imutáveis, e isso deve ser mostrado desde cedo para a criança, (SANTOS; SANTANA, 2016, p. 7).

É importante lembrar que cada aluno com autismo é único, e o que funciona para um pode não funcionar para outro. É fundamental trabalhar em estreita colaboração com uma equipe de profissionais, incluindo educadores, terapeutas e psicólogos, para desenvolver estratégias personalizadas e eficazes que atendam às necessidades individuais do aluno.

O papel do professor na sala de aula com alunos que têm autismo é extremamente importante para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a forma como uma pessoa se comunica, interage socialmente e processa informações. Portanto, o professor desempenha um papel fundamental ao adaptar o ambiente e o currículo para atender às necessidades específicas desses alunos. Algumas práticas são necessárias para o professor possa desenvolver o seu papel de qualidade, como entender sobre o autismo e suas características e como pode afetar o aprendizado e o comportamento dos alunos, isso ajuda o professor a adaptar as atividades, ter um bom planejamento, preparar um ambiente que seja agradável e favorável pois é um fator importante para o sucesso do aluno com autismo.

O professor deve adaptar o ambiente para atender às necessidades específicas desse aluno e proporcionar um ambiente seguro, seguro e previsível para esse aluno, e abordagens pedagógicas de acordo com as necessidades individuais do aluno.

O professor pode aplicar os princípios da Análise do Comportamento Aplicado (ABA) é uma abordagem baseada em evidência que utiliza técnicas comportamentais para ensinar habilidades e incentivar comportamentos, que enfatiza a identificação de objetivos claros e mensuráveis, o uso de reforço positivo e a divisão de tarefas em passos menores e mais fáceis de serem aprendidos e com

isso o professor pode utilizar a estratégia da ABA na sala de aula para ensinar habilidades acadêmicas, sociais e de autocuidado aos alunos com autismo.

A formação continuada do professor para trabalhar com crianças autistas é de extrema importância pois possibilita o conhecimento e habilidades mais atualizados, visto que os profissionais precisam estar preparados para atender às necessidades específicas desses alunos, de uma maneira eficaz.

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos, (FUMEGALLI, *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 134).

Rading e Rosa (2021), destacam o quanto é importante o papel do professor e sua responsabilidade ao planejar uma aula e desenvolver atividades adaptadas e que considerem qual o grau de conhecimento da criança e com isso promove o surgimento de novas aprendizagens e o desenvolvimento nas atividades escolares. Para isso, a formação continuada se faz necessária, pois é ela quem irá dar esses subsídios à uma prática docente, inclusiva e significativa.

O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de uma pessoa. As políticas públicas desempenham um papel importante na garantia dos direitos e no suporte às pessoas com autismo, bem como às suas famílias. Embora as políticas públicas variem de país para país, existem algumas áreas-chave em que essas políticas geralmente se concentram como na detecção precoce do autismo, garantindo que as crianças sejam diagnosticadas o mais cedo possível. Isso permite que elas tenham acesso a intervenções adequadas, como terapias comportamentais e educacionais, que podem melhorar seu desenvolvimento e qualidade de vida, também a saúde que deve garantir que pessoas com autismo tenham acesso a serviços de saúde adequados, incluindo avaliação médica, terapias especializadas, acompanhamento médico e cuidados de saúde mental. Também é importante garantir que esses serviços sejam acessíveis financeiramente para todas as famílias.

À medida que as pessoas com autismo crescem, as políticas públicas podem se concentrar em fornecer apoio para que elas desenvolvam habilidades

necessárias para a vida independente e para a inclusão no mercado de trabalho. Isso pode incluir programas de treinamento vocacional, suporte para a transição da escola para a vida adulta e incentivos para empregadores contratarem pessoas com autismo. As políticas públicas podem ter como objetivo aumentar a conscientização sobre o autismo e combater o estigma associado a ele. Dessa forma pode ser feito por meio de campanhas de informação, treinamento de profissionais de saúde e educação pública sobre o autismo, suas características e as melhores práticas de inclusão.

Um tema de elevada importância para as pessoas com transtorno do espectro autista e para os familiares é a implementação das Políticas públicas. Sabe-se que o autismo é uma realidade vivida diariamente por toda a família e não somente pela pessoa que possui o transtorno, desta forma, causa um grande impacto sobre todos os envolvidos abalando o emocional, o social e o econômico. Com isso, são poucas as famílias que possuem condições financeiras de arcar com os custos que envolvem um tratamento multidisciplinar contínuo e frequente. Para atender todas as necessidades que o autismo implica, as famílias dependerão da existência de Políticas públicas efetivas e eficientes, as quais servirão de importantes ferramentas para a realização do exercício da cidadania, (COSTA; FERNANDES, 2018, p. 3).

De acordo com Costa e Fernandes (2018), apesar de que o Brasil seja reconhecido como referência em direitos de proteção e inclusão das pessoas com deficiência, tendo avançado significativamente nos últimos anos, o Poder Público tem se demonstrado incapaz de implementar necessariamente as políticas públicas necessárias para atender o mínimo indispensável que as pessoas com autismo precisam para ter uma vida digna. Com isso, muitas vezes elas não são efetivadas ou são prestadas de forma precária.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção do exercício pleno da cidadania pelos autistas. Essas políticas devem abranger diversas áreas, incluindo saúde, educação, emprego, inclusão social e acessibilidade. É essencial garantir o acesso à educação de qualidade em um ambiente inclusivo para os autistas, isso envolve a disponibilidade de recurso e apoio necessários, como os professores capacitados, salas adaptadas. As políticas públicas devem também prover a acessibilidade em todas as áreas da sociedade, incluindo transporte, espaços públicos, serviço e também em tecnologias. Outro ponto importante é o emprego e inclusão social, voltadas para o mercado de

trabalho que devem ser implementadas, visando promover a inclusão dos autistas no ambiente profissional.

A implementação efetiva dessas políticas requer o envolvimento de diversos atores, incluindo governos, sociedade civil, famílias, organizações não governamentais e profissionais de diferentes áreas. O diálogo e a colaboração entre esses atores são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária para as pessoas autistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um processo contínuo e deve ser uma preocupação de todos os setores da sociedade, para garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades e direitos que as demais pessoas. A Constituição Federal de 1988, foi um marco importante na luta pela inclusão que reconhecia a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive a deficiência. Além disso, foram criadas leis que pudessem garantir a inclusão das pessoas com deficiência, como exemplo a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), que estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Ao longo dos anos o Brasil tem avançado na inclusão social das pessoas com deficiência, porém ainda enfrenta desafios significativos, como falta de acessibilidade em vários setores da sociedade. Com isso a inclusão escolar tem o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a diversidade cultural e social no ambiente escolar. O processo da inclusão escolar no Brasil, é um movimento que tem como objetivo garantir o acesso de todos os estudantes na escola, independentemente das condições físicas, intelectuais, emocionais e sociais, à educação formal. Teve início no Brasil na década de 1990, com criação de leis e políticas públicas que buscavam assegurar o acesso à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com o propósito de efetivar o ensino regular para os alunos com necessidades especiais, é importante que as escolas ofereçam recursos e apoios que sejam específicos, tais como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, treinamento de professores e assistentes, e orientação de profissionais de saúde e assistência social. Pois, dessa forma, proporciona um ambiente educacional que permita a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, a oportunidade de aprender juntos e compartilhar experiências e contribuindo para o desenvolvimento mútuo. Porém, apesar de todo o avanço, a inclusão é vista como um desafio, causando angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação. Instigar o papel da escola na educação inclusiva, a função social da escola, tendo como o foco a importância dos alunos com deficiências no processo de ensino aprendizagem, trabalhando com a

diferença, com a diversidade na tentativa de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

O projeto também tem a finalidade de compreender de que modo está ocorrendo atualmente a inclusão dos educandos com Transtorno do Espectro Austista (TEA), nas escolas de Ensino Fundamental. Com base nas leituras que foram realizadas para esta pesquisa, encontramos importantes contribuições para o entendimento do que é TEA. Alguns autores como Marra e Andrade e outros trazem a ocorrência de TEA em estudantes dos ensinos públicos e privados, do país cresceu de forma alarmante nos últimos anos, o tema é tão delicado que educadores não reconhecem a atual realidade.

No passado as crianças tidas como deficientes, nem sempre estavam na escola. Mas sabemos que a escola é essencial para o desenvolvimento de uma criança com TEA, devendo incitar suas habilidades de aprendizagem, de reciprocidade social emocional, comunicação social, habilidades sociais, interesses diversificados, rotinas padronizadas de vida escolar, oportunizando ambientes planejados e adequados para evitar ocorrências de problemas comportamentais.

O TEA é uma desordem que afeta a capacidade do indivíduo de comunicar-se, de estabelecer, de relacionamentos, e de respostas adequadas ao ambiente que o rodeia, também caracterizado por déficits como interação social, além de comportamentos e interesses restritos e repetitivos. Embora a inclusão escolar de alunos com TEA não é uma tarefa fácil, exige tolerância curriculares e metodológicas para atender às necessidades específicas desses alunos, o educador para fazer a relação sobre o que é como ensinar o aluno com TEA é obrigatório uma formação adequada, se isso não acontecer a metodologia usada na sala não servirá para alcançar os objetivos, e esse é um dos problemas que é enfrentado pelas escolas. Além disso, o processo de aprendizagem de um aluno com autismo pode ser único e varia de acordo com suas características, por isso é importante adotar metodologias e estratégias específicas para apoiar a aprendizagem desses alunos. O professor deve adaptar o ambiente para atender às necessidades específicas desse aluno e assim proporcionar um ambiente seguro e previsível para esse aluno, e abordagens pedagógicas de acordo com as necessidades individuais dos alunos.

A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula; deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades. A educação é umas das

maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação, essa criança pode aprender tanto matérias acadêmicas quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem das crianças autistas não é fácil, contudo fica evidente que, com dedicação e amor, estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo. Como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto.

Não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de adaptação e desenvolvimento desses alunos. Deste modo, as escolas brasileiras procuram cumprir os objetivos expostos na lei (BRASIL, 1996), promovendo um aumento dos números de matrículas de crianças com TEA na rede regular de ensino - e têm conseguido.

A interação entre pais e professores é muito importante para o processo de aprendizagem da criança com autismo, pois juntas irão achar formas de atuação, a fim de favorecer o processo educativo eficaz e significativo na superação das dificuldades de uma criança com autismo. Portanto, além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação** (UFSM), Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 327-342, 2007.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA, Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: inclusão baseada em evidências científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ora%C3%A7a>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: MJ/CC, 1991.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035>.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MJ/SG, 2015.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; FERNANDES, Paulo Vanessa. Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 13, n. 2, p.195-229, ago. 2018.

FLETCHER, Colin. Aprendizagem em desenvolvimento: mão dupla entre Manchester e João Pessoa. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 1, v. 6, n.1 1996.

GIKOVATE, Carla Gruber. Autismo: compreendendo para melhor incluir. Rio de Janeiro, 2009. 35 p. Disponível em: <http://www.carlagikovate.com.br/aulas/autismo%20compreendendo%20para%20melhor%20incluir.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

KARAGIANNIS, A. Three children with Down syndrome integrated into the regular classroom: Attitudes and school community. Dissertação de mestrado inédita, McGill University. Montreal, 1988.

MACHADO, Nilson José. **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Inclusive - Inclusão e Cidadania**. 22 abr. 2008. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/50>. Acesso em: 21 maio 2021.

MARRA, Aurea Cintra de Azevedo; ANDRADE, Lucianne Oliveira Monteiro Andrade. **Desafios para a inclusão de alunos com TEA na educação básica regular**. Ceres (GO), 2021. 14 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Formação de Professores e Práticas Educativas) - Instituto Federal Goiano. Ceres, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/>. Acesso em: out. de 2022.

NERES, Celi Corrêa. O público e o privado na história da educação especial. **Revista HISTDBR**, Campinas (SP), v. 1, n. 11, 2003.

OLIVEIRA, Rosane Costa. **Atitudes e práticas pedagógicas na inclusão do aluno autista na escola**. Simpósio pedagógico e pesquisas em educação, 2020.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia de pesquisa**: abordagem teórica prática. Campinas: Papyrus, 1996.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar. 2008. 36 f. Trabalho de Conclusão – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1588295-Ana-maria-tarcitano-dos-santos-autismo-desafio-naalfabetizacao-e-no-convivio-escolar.html>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

SANTOS, C. F. dos; SANTANA, M. J. **O processo de aprendizagem da criança autista**. 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc12-3.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org). **Atendimento Educacional Especializado - AEE**: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SOUSA, Eliza Martins; TAVARES, Helenice Maria. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola**. 2010. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>. Acesso em: 25 de jan. 2023. 18:49:23.

SOUSA, Linete Oliveira. A inclusão escolar no contexto da educação infantil. **Revista Científica Aprender**, Teresina, v. 6, n. 6, out. 2012. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=88>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca (Espanha): Unesco, 1994.